



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS - LICENCIATURA

VALDIR DOLISNE DA SILVA

A VIOLÊNCIA DO LATIFÚNDIO NOS CONFLITOS POR TERRA: O CASO
DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO E A ARAUPEL EM QUEDAS DO
IGUAÇU/PR

LARANJEIRAS DO SUL

2021

VALDIR DOLISNE DA SILVA

**A VIOLÊNCIA DO LATIFÚNDIO NOS CONFLITOS POR TERRA: O CASO
DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO E A ARAUPEL EM QUEDAS DO
IGUAÇU/PR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em Interdisciplinar em Educação do
Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Elemar do Nascimento
Cezimbra.

LARANJEIRAS DO SUL

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Valdir Dolisne da

A violência do latifúndio nos conflitos por terra: o caso do acampamento Dom Tomás Balduino e a Araupel em Quedas do Iguaçu/PR / Valdir Dolisne da Silva. -- 2021. 52 f.:il.

Orientador: Doutor Elemar do Nascimento Cezimbra

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR, 2021.

1. Acampamento. 2. Conflito Agrário. 3. Latifúndio. 4. Violência. I. Cezimbra, Elemar do Nascimento, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

VALDIR DOLISNE DA SILVA

**A VIOLÊNCIA DO LATIFÚNDIO NOS CONFLITOS POR TERRA: O CASO
DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO E A ARAUPEL EM QUEDAS DO
IGUAÇU/PR**

O Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em Interdisciplinar em Educação do
Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca: 07/10/2021.

Banca examinadora



Prof. Dr. Elemar do Nascimento Cezimbra. -UFFS
Orientador



Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto. -UFFS
Avaliador



Prof. Dr. Ana Cristina Hammel. -UFFS
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Se passou mais de quatro anos e meio, para eu chegar aqui foi com o apoio de muitas pessoas. Primeiramente agradeço a minha mãe Iraci que me incentivou a estudar, agradeço a minha família. Teve pessoas que me ajudaram e me incentivaram a fazer esse faculdade, essas pessoas o Cristiano e sua esposa Silvana, a Fatima que me cobrava muito que eu fosse fazer uma faculdade, a dona Graça que hoje não esta mais com nós, que sempre me dizia para estudar.

A minha esposa Jhenifer, além de esposa parceira nos estudos, agradeço pelos incentivos nos momentos que estava desanimado. O meu muito obrigado a todos os professores que ajudaram muito na minha aprendizagem de conhecimento. Agradeço ao meu orientador Elemar, que me ajudou a construir meu Trabalho de Conclusão de Curso. Agradeço aos professores que participaram das bancas de TCC, o professor Roberto que participou da pré-banca e banca final, contribuiu com muitas ideias para o trabalho e a professora Ana que participou da banca final, que também contribuiu com ideias par aperfeiçoar o trabalho.

Agradeço a todos que de uma forma ou outra contribuiu para a minha formação, tanto no conhecimento como na pessoa que me transformei. Muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar e compreender a violência nos conflitos de terra vivenciados no acampamento Dom Tomás Balduino, localizado no município de Quedas do Iguaçu - PR. Foi feita uma pesquisa de cunho documental, bibliográfica, qualitativa com entrevistas semiestruturadas com membros do MST, para ajudar a comprovar o que será discutido no decorrer do trabalho. O primeiro capítulo mostra que a violência contra os camponeses ocorre desde muito tempo, desde a chegada dos portugueses no Brasil. No segundo capítulo, focamos no latifúndio da Araupel que continua a violência e a tortura contra os camponeses, utilizando entrevistas para apresentar essa ideia. O último capítulo se detém sobre o acampamento Dom Tomás Balduino, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em uma área de terra da empresa que já foi sentenciada como terra da União. É fundamental destacar o acampamento como local de luta e resistência contra a violência do latifúndio. Com isso, demonstramos que os conflitos que ocorrem pela terra sempre foram motivo de violência na história do Brasil.

Palavras-chave: Acampamento. Conflito Agrário. Latifúndio. Violência.

Abstract

This work aims to analyze and understand the violence in land conflicts experienced in the Dom Tomás Balduino camping, located in the municipality of Quedas do Iguaçu - PR. A documentary, bibliographical, qualitative research was carried out with semi-structured interviews with members of the MST, to help prove what will be discussed in the course of the work. The first chapter shows that violence against peasants has been going on for a long time, since the arrival of the Portuguese in Brazil. In the second chapter, we focus on the Araupel latifundium that continues the violence and torture against peasants, using interviews to present this idea. The last chapter focuses on the Dom Tomás Balduino camping, organized by the Landless Rural Workers Movement (MST), in an area of company land that has already been sentenced as Union land. It is essential to highlight the camping as a place of struggle and resistance against the violence of the latifundium. With this, we demonstrate that the conflicts that occur over land have always been a reason for violence in the history of Brazil.

Keywords: Camp. Agrarian Conflict. Large estate. Violence

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da região da guerra de Contestado.....	18
Mapa 1 – Violência no Campo de 1986 a 2006.....	22
Gráfico 1 – Conflitos e violência no campo.....	23
Mapa 2 – Mapa da localização das terras do latifúndio Araupel.....	24
Figura 2 – Ocupação do Latifúndio da Araupel, em 1997.....	28
Imagem 1 – ocupação no Acampamento Herdeiros da terra em Rio Bonito do Iguaçu.....	33
Imagem 2– Poucos dias depois da ocupação.....	33
Imagem 3– Acampamento base próximo a cidade de Quedas do Iguaçu.....	35
Mapa 3 – Ocupações das terras nos imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo	36
Imagens 4 – Entrada do Acampamento Dom Tomás Balduino.....	37
Imagem 5 – Camionete alvejada por disparos pela polícia.....	40
Imagem 6 – Dia 09 de abril de 2016, protesto de acampados do MST contra os assassinatos do acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu...	43
Imagem 7 – Ato político dos acampados.....	43
Imagem 8 – Policiais em Quedas do Iguaçu no dia do protesto pela morte dos acampados.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INCRA	O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
PDA	Projeto de Desenvolvimento de Assentamento.
PPP	Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivo Geral	12
1.2	Objetivos Específicos.	12
1.3	Metodologia.....	12
2	A LUTA PELA TERRA E A VIOLÊNCIA NO CAMPO NO BRASIL.....	14
3	ARAPEL E A VIOLÊNCIA CONTRA SEUS TRABALHADORES E CONTRA OS CAMPONESES.....	24
4	VIOLÊNCIA DA EMPRESA ARAPEL CONTRA OS CAMPONESES DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO.	35
5	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICE A- Entrevista para coleta de dados.....	50

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo analisar e compreender os conflitos de terra e violência contra os camponeses do acampamento Dom Tomás Balduino, que está localizado no município de Quedas do Iguaçu - PR. O acampamento-base teve início no assentamento Celso Furtado, perto da cidade de Quedas do Iguaçu. Envolveu, aproximadamente, 1.500 famílias que ficaram em torno de um mês acampadas nesse local. Na madrugada do dia 6 para dia 7 de julho de 2015 foi ocupada a área de terra da empresa Araupel, conhecida como “Projeto Quatro”, na margem da rodovia estadual PR 473, que fica aproximadamente doze (12) quilômetros da cidade de Quedas do Iguaçu.

Este pesquisador e autor do trabalho não conhecia o que era um acampamento da Reforma Agrária, pois sendo filho de pequenos agricultores, minha família possuía uma pequena área de terra. Minha mãe mora em uma quarta de terra que são 6050 m² (seis mil e cinquenta metros quadrados). Sempre desenvolvi várias atividades de trabalho com a terra, mas também não tenho condição de comprar uma área e fui me acampar em um acampamento do MST sendo o único jeito de conquistar um lote. Entretanto, por problemas pessoais, não estou mais no acampamento, mas fiquei um ano e dois meses acampado e, assim, criei um vínculo com o movimento.

O objetivo visa mostrar que a terra sempre foi um motivo de conflito e violência no processo histórico do Brasil. Este trabalho apresenta um breve histórico da violência do latifúndio e as violências e torturas da empresa Araupel contra as ocupações que ocorreram em áreas de Reforma Agrária. Em particular, retrata o processo de ocupação do acampamento Dom Tomás Balduino, onde ocorreu mortes de acampados em conflito com a empresa, principal problema da pesquisa são os conflitos de terra entre o acampamento e a empresa Araupel S. A.

Trabalha-se com a hipótese de que existe violência nos conflitos entre o acampamento Dom Tomás Balduino e a empresa Araupel S.A. Esses conflitos são ocasionados por ocupações de terra que estava em posse da Araupel e atualmente está ocupada pelas pessoas que fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que questiona a legalidade da posse da terra por parte da empresa latifundiária.

O primeiro capítulo mostra que a terra sempre foi motivo de conflito e violência contra os camponeses, é um processo histórico que será descrito desde a chegada dos portugueses no Brasil. Podemos ver que os indígenas foram os primeiros a conhecer o processo de violência, e seguindo para os escravos, camponeses sem-terra etc.

Para melhor destacar e mostrar essa violência dos latifundiários contra os camponeses, trazemos autores que apresentam os massacres de camponeses em Canudos e Contestado, ainda, mostra a concentração de terra nas mãos de poucos e dados sobre conflitos no campo, como foi crescendo ou diminuindo essa violência

O segundo capítulo mostra que a violência contra camponeses continua. Foca o trabalho em um latifúndio específico, o latifúndio da Giacomet Marodin que mudou o nome para Araupel. Além do processo histórico de como surgiu o latifúndio será descrito como a empresa tratava com violência seus trabalhadores e qualquer pessoa que entrasse nas terras que a empresa se apropriou-se, pois, as terras não são da Araupel, mais sim da União, como caçadores e os sem-terra nas ocupações que ocorreram.

Utilizamos as falas dos acampados entrevistados para contar como a empresa os tratava. Também foi utilizado documentário que explica sobre a violência da empresa e até mostra pessoas que foram mortas pelos guardas por estarem pescando no lago que estava perto das terras da empresa.

O último capítulo trata sobre o acampamento Dom Tomás Balduino que foi organizado pelo MST que ocupou mais uma área de terra da empresa conhecida como Projeto Quatro, será mostrado que continua o conflito e a violência contra as pessoas acampadas. As entrevistas que foram realizadas com pessoas da direção do acampamento e de militantes do MST. Havia um processo de intimidação que a empresa fazia contra os acampados, além das mortes dos dois acampados em uma emboscada planejada pela empresa.

Pudemos ver o medo das pessoas de falar sobre a empresa enquanto estávamos fazendo as entrevistas, que ajudam a confirmar os atos de violência cometidos pelo latifúndio. Identificamos que a empresa local altera os fatos ocorridos.

Dessa forma, podemos entender melhor o processo de violência contra os camponeses que querem ter acesso à terra ou até mesmo aqueles que já trabalham nela e que são vizinhos do latifúndio em questão.

1.1 Objetivo Geral

Analisar os conflitos de terra vivenciados no acampamento Dom Tomás Balduino e as ações de violência da empresa Araupel contra os camponeses.

1.2 Objetivos Específicos.

1. Mostrar como a terra sempre foi motivo de conflito e violência na história do Brasil, onde o Estado e os latifundiários sempre reprimiram e mataram os camponeses, índios e quilombolas.
2. Analisar brevemente o histórico do Latifúndio da Araupel onde aparece a grilagem, a violência contra posseiros e a tomada de terras e as ocupações que ocorreram neste latifúndio visando conquistar a terra e a reforma agrária.
3. Mostrar o processo de violência com assassinatos praticados pela Araupel contra os camponeses do acampamento Dom Tomás Balduino.

1.3 Metodologia

A pesquisa foi qualitativa, de cunho documental e bibliográfica, além de contar com a realização de entrevistas semiestruturadas. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.” (GIL, 2002, p.44). “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.31).

Para a pesquisa bibliográfica foram utilizados os seguintes autores: João Pedro Stédile, Ariovaldo Umbelino de oliveira e Ana Cristina Hammel.

As entrevistas realizadas foram direcionadas a acampados do MST, também dirigentes do acampamento e pessoas vinculadas ao movimento que contribuíram para a formação e organização do acampamento. Também com acampados dos herdeiros da terra.

Para realização das entrevistas foi elaborado um questionário que tinha como objetivo orientar e buscar coletar dados diretamente para serem utilizados na construção do trabalho. Como estamos em um período de pandemia, para fazer as entrevistas foram cumpridas todas as formas de prevenção contra a Covid-19. Foram realizadas 20 entrevistas, sendo elas com acampados e pessoas que contribuíram para a formação do acampamento Dom Tomás Balduino.

Para a realização das entrevistas fomos nas casas dos acampados, entretanto alguns não foram localizados. Para ser cumprido o objetivo das entrevistas foram agendados horários com essas famílias. Teve casos que não seria possível conversar pessoalmente, então combinamos de fazer vídeo chamada pelo WhatsApp. Dessa forma, conseguimos entrevistar 20 famílias. Pelo fato de estarmos em período de pandemia não foi possível entrevistar mais pessoas.

A realização de coleta de dados em forma de entrevistas, foram do mês de julho de 2021 ao início do mês de agosto de 2021. As entrevistas foram gravadas com a permissão do entrevistado para depois ser possível transcrever. O mês de agosto de 2021 foi dedicado na organização das entrevistas e transcrever as falas dos entrevistados. Para segurança dos entrevistados não foi mencionado o nome deles no trabalho, mais foi numerado de acordo com as entrevistas realizadas, e na hora de transcrever ficou como entrevistado 1, 2, 3 e assim segue. A coleta de informações nas entrevistas não foi utilizada tudo o que a pessoa falou, mais sim partes importantes, onde que eles contavam sobre os medos, pressão e confronto com a empresa. Partes que ajudam comprovar que a Araupel age de extrema violência contra acampados

2 A LUTA PELA TERRA E A VIOLÊNCIA NO CAMPO NO BRASIL

As lutas e conflitos por causa de terra no Brasil são históricas, essas lutas se iniciaram desde a chegada dos colonizadores capitalistas europeus. Quem sofreu esse primeiro processo de violência foram os povos indígenas que já moravam nessas terras. “Há mais de 500 anos vêm sendo submetidos a um verdadeiro etno/genocídio histórico. O território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas.” (OLIVEIRA, 2001, p.190)

De acordo com Oliveira (2001) o processo de lutas entre os povos Indígenas e a sociedade Europeia ainda persiste na história do Brasil. Muitos indígenas morreram, outros fugiram e, ao se deslocarem, houve muitos conflitos, mas também ocorreram novas adaptações. Assim aconteceu demarcações de terras indígenas, que muitas vezes não são respeitadas.

À luta dos povos indígenas, nasceram as lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas. Dessas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial. Muitos quilombolas morreram em decorrência da verdadeira guerra promovida pelos senhores de escravos. Hoje, tardiamente, a sociedade brasileira começa a reconhecer os direitos dos remanescentes de quilombos à terra. (OLIVEIRA, 2001, p.190)

Nesses conflitos que ocorreram contra os indígenas e contra os negros escravizados trazidos para o trabalho forçado no Brasil, “nasceu a luta dos escravos negros contra espaços e trabalhos para os senhores fazendeiros rentistas” (OLIVEIRA, 1994, p.16). A partir dessas lutas, os escravos começaram a fugir mata a dentro, formando os Quilombos. O mais conhecido é o Quilombo dos Palmares.

Quilombos surgiram, Palmares cresceu. Zumbi nasceu, Ganga Zumba lutou, Zumbi morreu. Na terra da liberdade e do trabalho de todos nasceu, no seio do território capitalista colonial, o território livre, liberto, dos africanos/brasileiros escravo, mercadorias antes de trabalhadores, para a primitiva acumulação do capital já mundializado. (OLIVEIRA, 1994, p.16)

Além dos negros escravos que fugiram, também havia brancos pobres que moravam no Quilombo, pois eles queriam construir um lugar de liberdade. Eles trabalhavam no coletivo, produzindo para todos, sendo que isso era “crime” na lógica da produção privada. Palmares foi destruído por bandeirantes e jagunços, como nos informa Oliveira (1994).

Medeiros (2012) também afirma que as lutas e conflitos que iniciaram no Brasil foram causados pela formação dos latifúndios. Esses primeiros conflitos começam com os indígenas e seguiram com os camponeses desde a colonização.

Como o objetivo era produzir bens para Portugal, a Coroa Portuguesa, através de concessão de sesmarias que também já usava em Portugal, cedeu terras para pessoas com condições financeiras, com o compromisso de cultivar em grandes quantidades cana-de-açúcar para levar o produto final para Portugal.

Para produzir em grandes quantias houve a “tentativa de escravizar a população indígena. Como essas iniciativas se frustraram, buscou-se solucionar o problema da mão de obra com a vinda de negros africanos escravizados.” (MEDEIROS, 2012, p.447). Além dos escravos que trouxeram para o Brasil, também veio da Europa a população pobre, em busca de melhorar sua vida. (MEDEIROS, 2012)

De acordo com Oliveira (2001) com a vinda do povo mais pobre da Europa para o Brasil, se encontra os posseiros. “Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, ‘gendarmes de plantão’ dos latifundiários especuladores e grileiros.” (OLIVEIRA, 2001, p.190)

Já vinham de tempos difícil, mais em seguida continua com a Independência do Brasil, pois o modo de adquirir terras com as sesmarias é extinto. Somente aqueles que receberam terras da coroa para produzir, conseguiram se apropriar das terras “com a aprovação da Lei de Terras (lei nº 601, de 18 de setembro de 1850).” (MEDEIROS, 2012, p 447). E aqueles que não faziam parte de quem recebeu terras, como posseiro entre outros, só poderiam obter terras a partir da compra.

Vê-se que os donos dos latifúndios conseguiram uma lei que lhes garantiu o direito dessas terras. Assim, vemos o conflito pela terra aumentar entre os camponeses, posseiros, etc.

Oliveira (1994) afirma que a luta dos posseiros é para que eles possam criar seu próprio espaço.

Os posseiros lutam numa ponta contra a expropriação que os gera, e na outra contra o jagunço, gendarne de plantão do latifundiário especulador e grileiro das terras indígenas. Não lhes é dado sequer a possibilidade de serem senhores de seu vir e ser. Matam-os posseiros, seus defensores e seus seguidores. Matam a possibilidade da criação e recriação do espaço liberto da produção familiar. Matam/destroem o território liberto das posses livres e

das terras de trabalho da Amazônia retirante, da Amazônia dos retirantes. (OLIVEIRA, 1994, p.16 a 17)

A partir dessas lutas surgem movimentos de pessoas, em geral camponeses pobres, em busca de uma vida nova. “Muitos foram seus movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro.” (OLIVEIRA, 2001, p.190). Essas lutas que aconteceram são parte da história de luta pela terra, levadas a efeito pelos camponeses, os quais buscavam a sua liberdade. Em sequência veremos duas guerras entre camponeses e a oligarquia latifundiária com apoio do Estado: a guerra de Canudos e do Contestado.

Antônio Conselheiro percorreu vários lugares do sertão por quase duas décadas, até que em 1893 se fixou na Bahia no povoado de Belo Monte, também conhecido como Canudos. “O nome “Canudos” advém, segundo de uma planta típica da região, o Canudeiro de Pito, comumente utilizada para fabricação de cachimbos.” (CLÍMACO, 2017, s/p).

Os seguidores de Antônio conselheiro eram pessoas sem-terra, escravos libertos, pequenos lavradores etc. Nesse período o Brasil estava em uma grande miséria, seca, exploração. “Considerados pela imprensa como ‘fanáticos’, os moradores de Belo Monte eram um povo sem posses que recusaram a exploração senhorial e buscavam uma terra para seu sustento.” (CLÍMACO, 2017, s/p).

Rodrigues (2002) argumenta que os fazendeiros e coronéis da região da Bahia ficaram assustados com essa concentração de pessoas. Então de novembro de 1896 a outubro de 1897 houve quatro expedições militares, muito bem organizadas e bem armadas, contra Canudos, onde o povo resistiu fortemente, construindo armadilhas e ataques surpresos pois eles conheciam a região.

No dia 5 de outubro de 1897, após 11 meses de intenso combate no sertão baiano, a guerra teve seu fim, levando à morte cerca de 20 mil conselheiristas e 5 mil soldados, além da destruição completa do arraial.

A guerra contra Canudos teve como saldo final a destruição total do arraial, o incêndio de todas as casas, o extermínio de prisioneiros civis, o abuso sexual, a prostituição e a degola de mulheres e crianças, deixando até os dias de hoje uma ferida em aberto no sertão brasileiro. O Exército havia cumprido, portanto, com o objetivo proposto pelo então presidente, Prudente de Moraes, que chegou a fazer a seguinte declaração: “Em Canudos não ficará pedra sobre pedra, para que não mais possa se reproduzir aquela cidadela maldita”. (CLÍMACO, 2017, s/p).

O restante das pessoas que não morreu foi transferido para outro local. E os descendentes de Canudos continuam na pobreza, por vários motivos. “O massacre de Canudos não teve reparação e as condições atuais de vida do povo canudense são bastante difíceis diante da falta de emprego, da carência de investimentos.” (CLÍMACO, 2017, s/p).

Além dos conflitos de Canudos, temos o Contestado no sul do Brasil, numa região em disputa entre Paraná e Santa Catarina. Também foi outro movimento messiânico. As disputas começam quando os coronéis e empresas madeireiras expulsam índios e posseiros dessa região, para criação de gado, extração de madeira e erva-mate, sendo esta última exportada para Uruguai e Argentina e os coronéis fizeram fortunas.

A partir de 1910, a situação se agravou. A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, que passava pela região do contestado, desalojou centenas de famílias. Terminada a obra, os 8.000 trabalhadores contratados foram demitidos. Na mesma época, uma grande empresa norte-americana adquiriu 180.000 hectares de terras para explorar madeira na região, expulsando mais famílias e arruinando os pequenos serradores e madeireiros locais (RODRIGUES, 2002, p.36).

De acordo com Amador (2010), a empresa norte-americana Brazil Railway Company que construiu a ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul recebeu uma grande área de terra do Governo Federal. Os caboclos que nessa região moravam foram expulsos por não possuírem os documentos das terras.

Para agravar a situação, foi feito pelo governo brasileiro o acordo com a multinacional Brazil Railway Company, autorizando a construção da ferrovia em troca de terras numa extensão de 15 quilômetros de cada lado da estrada. A empresa possuía autorização para retirar e exportar a madeira, que era a principal riqueza da região, e vender as terras a colonos imigrantes, interessados em povoar a área. A que a mesma empresa encarregou-se de constituir uma companhia subsidiária, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, que viria a estabelecer na região o maior complexo madeireiro e colonizador da América Latina. (AMADOR, 2010, p. 501)

Depois que os caboclos foram expulsos de suas terras, se deslocaram para um acampamento do Monge José Maria, que se situava na região que pertencia a Santa Catarina. Os coronéis e fazendeiros se organizaram e expulsaram esses seguidores do monge, que se seguiram para Palmas, no Paraná, onde se instalaram. A região chamada de Contestado era a disputa de limites de território entre Paraná e Santa Catarina, foi chamado de Guerra de Contestado por causa que os conflitos estavam acontecendo nessa região. (AMADOR, 2010)

A disputa de território entre os dois estados tem origem no desmembramento do Paraná da então província de São Paulo, em 1853. As forças políticas do Paraná entendiam como de propriedade do novo estado todo o território ao sul antes pertencente a São Paulo, entendimento com o qual Santa Catarina não concordava. A questão que dá nome ao contestado só é solucionada através de um acordo de limites em 1916, ano em que também finda a Guerra. Durante esse período, os interesses políticos de Paraná e Santa Catarina também se somaram às causas do conflito. (AMADOR, 2010, p. 502 a 503)

Através da violência, os Estados de Santa Catarina e do Paraná juntamente com reforço dos coronéis, muito bem armados com metralhadoras, canhão e até aviões, atacaram os povoados, exterminando com os camponeses. (AMADOR,2010)

Apesar da resistência e das muitas batalhas enfrentadas ao longo de quatro anos de luta, a população cabocla foi derrotada na Guerra do ponto de vista militar e, em parte, dizimada pelas forças repressivas. Os números são contraditórios, mas estima-se que perto de 20 mil pessoas tenham sido mortas, um número bastante expressivo numa época em que os habitantes da região eram estimados em torno de 50 mil. Com toda a catástrofe humana ocorrida, a Guerra do Contestado passa a ser um referencial de resistência do camponês contra o avanço das forças capitalistas que ampliam sua área de atuação no Brasil a partir do início do século XX. (AMADOR, 2010, p.506)

Na figura 1 podemos observar onde aconteceu a guerra do Contestado, e os locais que ocorreram os conflitos.

Figura 1 Mapa da região da guerra de Contestado



Fonte: Campanha do Contestado, (s./d)

Como vemos no mapa, não foi em todo o território a guerra, mas em alguns pontos, a guerra de Contestado aconteceu nos locais de Caraguatá, Taquaruçu, Irani sendo os locais de confronto entre a população que havia se instalado nessa região e a polícia acompanhada pelo exército. Esses conflitos ficaram conhecidos como os mais violentos do Brasil contra os camponeses. (RODRIGUES, 2002).

Depois da guerra de Contestado, os camponeses se organizaram de outra forma para conquistar o seu território, a partir de organizações de movimentos sociais.

De acordo com Oliveira (2001) o campo Brasileiro é sacudido nas décadas de 1950 e 1960 pelas ligas camponesas, mas muitas lideranças são assassinadas. “Dessa forma, violência tem sido a principal característica da luta pela terra no Brasil.” (OLIVEIRA, 2001, p.191). O autor traz um gráfico que mostra a quantidade de mortos no campo, parece não ter fim essa violência sobre os camponeses, entre outros.

No período entre 1964 e 1971, a maior parte das mortes ocorreram na região Nordeste (6), na intenção dos latifundiários de frear, pela violência, os ideais semeados pelas Ligas Camponesas. A partir de 1972 foi na Amazônia (7) que se concentrou o maior número de assassinatos no campo, embora continuassem presentes também no Nordeste e no Centro-Sudeste (8). A década de 70 foi marcada sobretudo pela luta dos posseiros na Amazônia. O governo militar com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários, de um lado, e de outro fomentando, também na Amazônia, a colonização como alternativa à Reforma Agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência. Os empresários, para ter acesso aos incentivos fiscais, tinham de implantar seus projetos agropecuários na região, que estava ocupada pelos povos indígenas e, em determinadas áreas, pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região. (OLIVEIRA, 2001, p.191)

O confronto entre os donos dos latifúndios e os camponeses posseiros eram permanentes. Nesses conflitos, apenas restava aos posseiros ir para cidade ou entrar em novas áreas de terra, onde ainda não tinha dono. Assim, a luta pela terra é marcada pela violência, muitos camponeses, indígenas, quilombolas mortos por causa de suas terras. “Entretanto, se a violência gera a morte, gera também as formas de luta contra a morte. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é produto dessa contradição.” (OLIVEIRA, 2001, p.193). Com a luta para mudar a história e conquistar a terra surgem os acampamentos e assentamentos.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no

seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e bóia-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizados no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam. (OLIVEIRA, 2001, p.194)

Conforme Oliveira (2001) os movimentos pela terra lutam para transformar o campo, o MST ocupa um espaço muito importante nessa luta. É um movimento muito bem organizado e busca através da luta conquistar terra para Reforma Agrária. A luta pela terra é para poder dar acesso para aqueles que são excluídos, pois com um pedaço de terra o camponês conquista sua liberdade no trabalho e isso é possível através pela luta.

Mas, é importante frisar que o MST não foi o único movimento social na história do Brasil, e ele não é, na atualidade, o único no campo brasileiro, ressaltando-se que há nele – no campo brasileiro – um grande número de movimentos de luta. Bastaria lembrar, a luta dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios; a luta pela terra de trabalho realizada pelos posseiros ocorrendo em vários pontos do país; a luta dos peões contra a peonagem (“escravidão branca”) [...] Há ainda a luta dos camponeses contra as desapropriações de terra para a execução das grandes obras do Estado. Destaca-se que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nasceu exatamente deste processo de luta dos camponeses contra essas desapropriações e, particularmente, contra o valor irrisório para a sua remuneração. Há o movimento dos camponeses contra a subordinação praticada pela indústria no setor avícola; dos produtores de fumo, que se unem e se rebelam contra esta subordinação, a qual os torna reféns destas indústrias que adquirem suas matérias-primas; os movimentos dos brasiguaios e dos brasileiros, ressaltando-se que mais de 250 mil brasileiros estão no Paraguai e mais de 40 mil na Bolívia.[...] Destaca-se também o movimento dos bóias-frias, que praticaram no interior do estado de São Paulo greves e lutas por melhores condições de trabalho; ainda, a recente filiação da Contag à CUT e a realização, por estes setores, do Movimento Grito da Terra Brasil, além de os seringueiros na Amazônia e as suas lutas pelas demarcações das reservas extrativistas.(OLIVEIRA, 2001, p. 195 a 196)

O MST é um dos movimentos de luta pela terra, uma organização onde os camponeses podem ter acesso à terra e obter a autonomia do seu trabalho, através da luta de ocupação de latifúndios.

Segundo Lessa (2021) os conflitos ocorrem pela má distribuição de terra no campo. Os imóveis com menos de 10 hectares, são 49,7% das propriedades e sua área ocupada é de 2,3% de todo o território do Brasil. Já propriedades com mais de 1000 hectares, representam apenas 0,9% dos imóveis, com uma área ocupada de 45,1% do território. De acordo com esses dados vemos que há uma grande

concentração de terra nas mãos de poucos e poucas terras nas mãos de muitos, o que gera desse modo o conflito pela terra no Brasil.

A dimensão de um território para ser considerado um latifúndio de acordo com Medeiros (2012) tem a seguinte classificação: “latifúndios por extensão: aqueles com área superior a 600 módulos, independentemente do tipo e características da produção nela desenvolvida.” (MEDEIROS, 2012, p.449)

Conforme Sousa (2021) o Latifúndio é definido no Art. 4º da LEI Nº 4.504 de 1964 como:

V- "Latifúndio", o imóvel rural que:

- a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b (*dos limites máximos permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona;*), desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;
- b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural; (SOUSA, 2021, s/n.)

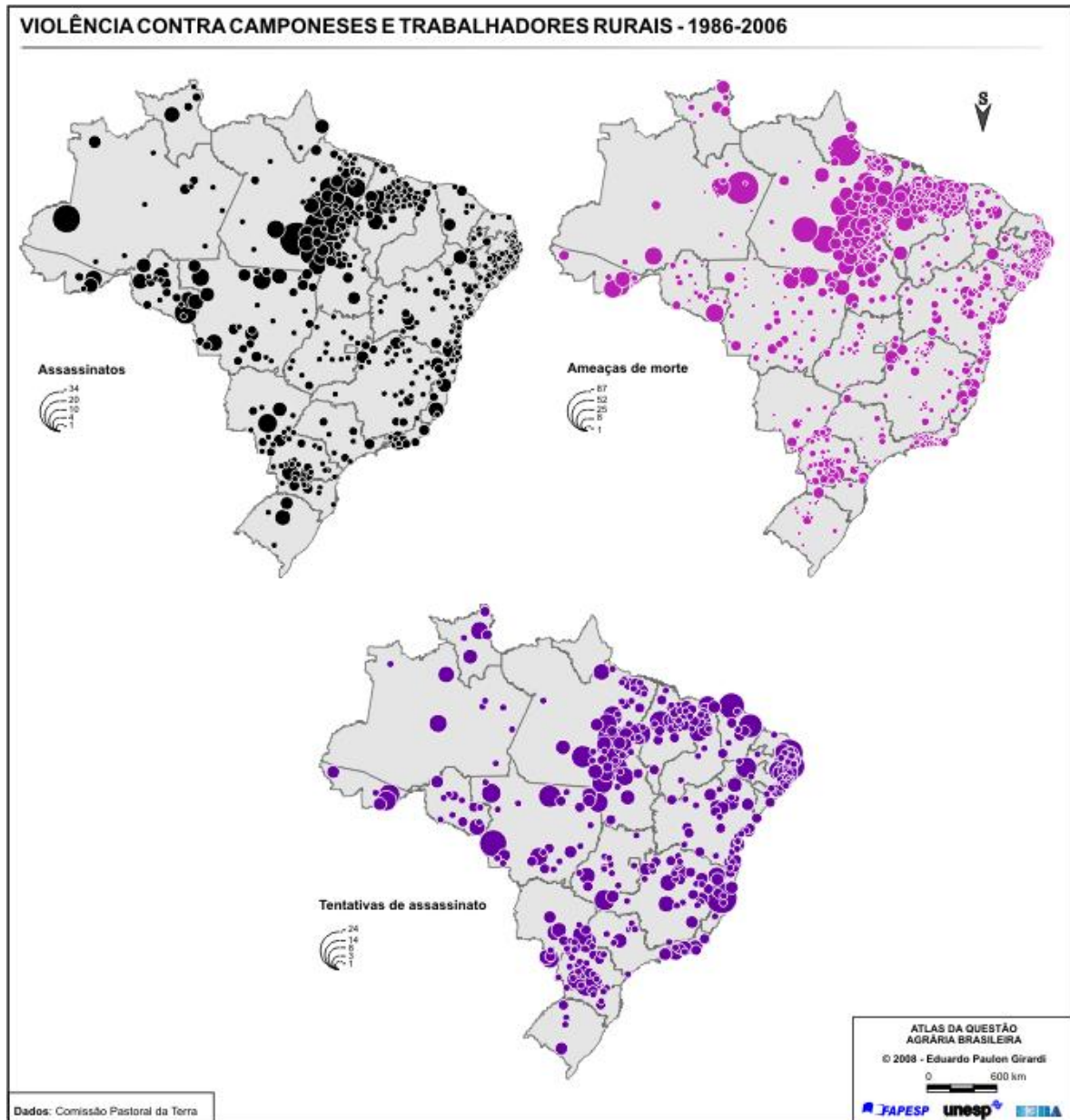
Assim temos duas formas ou definições de latifúndio, sendo Latifúndio por dimensão e Latifúndio por exploração

Latifúndio por dimensão: fixado na letra a do inciso V do Art. 4º da mesma Lei acima, correspondendo ao imóvel rural que exceda a dimensão máxima de 600 vezes o módulo médio da propriedade rural ou 600 vezes a área média dos imóveis rurais, tendo em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine.

Latifúndio por exploração: corresponde ao imóvel de área igual ou superior ao módulo fiscal que encontra-se inexplorado ou deficientemente explorado dado o mau uso da terra. Este tipo de latifúndio caracteriza-se então pela improdutividade, tendo geralmente como objetivo a especulação imobiliária (manter as terras inexploradas com o intuito de que seu valor de mercado aumente com o passar do tempo). (SOUSA, 2021, s/n. Grifos do autor)

Como podemos observar no mapa 1 abaixo, os 20 anos de violência no campo, no Brasil, desde de 1986 a 2006.

Mapa 1. Violência no Campo de 1986 a 2006.

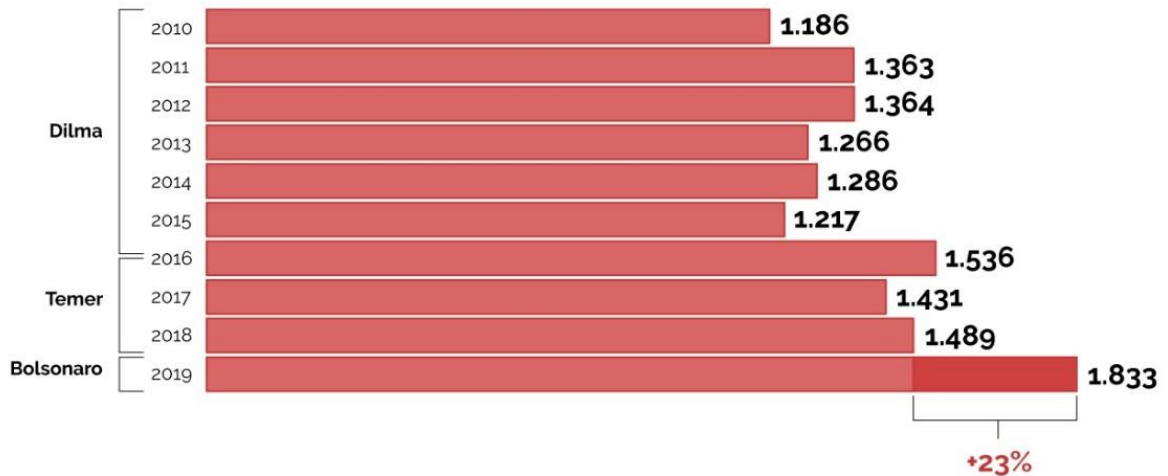


Fonte: GIRARDI, Eduardo Paulon. 2008.

O mapa mostra nesse período de 20 anos, os assassinatos de camponeses, ameaças e tentativas de assassinato. Podemos ver que na região Norte e Nordeste são os locais de mais ameaças e assassinatos no Brasil, nesse período.

Continuando na busca de entender e ver que a violência no campo sempre existiu vamos ver um gráfico mais atualizado. Como podemos observar no gráfico no período que Dilma Rousseff era presidente diminuiu a violência no campo e já no mandato do Jair Messias Bolsonaro disparou o aumento de violência contra camponeses.

Gráfico 1. Conflitos e violência no campo

Conflitos no campo no Brasil

fonte: Fonseca, Bruno. Domenici, Thiago, 2020

No mandato do Jair Messias Bolsonaro teve um aumento de 23% nos conflitos no campo, principalmente na região da Amazônia, onde tem a expansão agropecuária e garimpos ilegais. “É na Amazônia legal, região que engloba nove estados, que estão mais da metade dos conflitos registrados em 2019.” (FONSECA; DOMENICI, 2020, s/p). “Já os números do relatório de 2019 revelam a dimensão das pessoas afetadas: foram mais de 100 mil famílias atingidas apenas nos estados da Amazônia Legal em 2019. Dessas, mais de 6 mil foram expulsas ou despejadas de suas terras.” (FONSECA; DOMENICI, 2020, s/p).

Segundo Fonseca e Domenici (2020) as expulsões das famílias que moram na Amazônia Legal não são pacíficas. Também é uma região onde ocorre maiores tentativas de assassinatos e ameaças de morte.

Concluimos que a violência contra os camponeses já vem de um processo histórico no Brasil. Dessa forma podemos entender e conhecer um pouco sobre o processo de violência no campo que se iniciou com a vinda dos portugueses para o Brasil e desde então persistem o conflito e a violência contra os camponeses, indígenas, etc.

3 ARAUPEL E A VIOLÊNCIA CONTRA SEUS TRABALHADORES E CONTRA OS CAMPONESES

No capítulo anterior foram apresentados alguns conflitos e dados sobre a violência contra os camponeses, índios, negros nos seus processos de lutas e resistências contra as oligarquias latifundiárias.

Vamos conhecer, neste item, como se deu o surgimento do latifúndio da Araupel que iniciou “no ano de 1972, quando a madeireira Giacomet adquiriu os imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras. Os mesmos apresentavam vastas e densas florestas, que representavam um promissor mercado de madeira.” (HAMMEL, 2020, p.140). Houve a junção de dois grupos de madeireiras sendo Giacomet S. A, Marodin em associação com o grupo Maisonnave que adquiriram as terras, logo depois muda a razão social da empresa, e as terras adquiridas estão distribuídas em cinco municípios da região Centro-Sul Paranaense: Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Nova Laranjeiras (Mapa 2)

Mapa 2 – Mapa da localização das terras do latifúndio Araupel.



Fonte: Boletim da FAEP apud Roos, 2015, p. 161.

As madeiras de *pinus* retirada pela empresa Araupel é beneficiada na cidade de Quedas do Iguaçu. Segundo Hammel (2020) “O histórico dominial dos imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo apresenta uma origem diferente em relação ao primeiro título.” Esses dois imóveis compõem o latifúndio da empresa. Essas terras foram compradas pelos empresários José Ermírio de Moraes e Paulo Pereira Ignácio. Os

dois imóveis passam a ter uma história comum. É importante notar que existem diferenças nas informações quanto ao tamanho da área de terra adquirida pela Giacomet Marodin. Essa área varia de 86 a 114 mil hectares, depende da fonte utilizada. Essa diferença do tamanho dos imóveis é causada pois existem outras ocupações como “área urbana de Quedas do Iguaçu, a Colônia Jagoda e outras propriedades: Fazenda Três Ellos e Agropecuária Dona Hilda, nem todas sob controle da Araupel S. A, mas todas localizadas no imóvel Rio das Cobras.” (HAMMEL, 2020, p.110).

Como vimos, toda essa área de terra faz parte do complexo Araupel atualmente, mas de acordo com Hammel (2020) os imóveis Pinhal Ralo possuem 49.881.97 hectares (quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um e noventa e sete). Esse terreno está situado no município de Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu. Os imóveis do Rio das Cobras possuem área de 63.004 hectares (sessenta e três mil e quatro) de terra que está nos municípios de Quedas do Iguaçu, Três Barras e Espigão Alto do Iguaçu.

O nome da empresa, que era chamada de Giacomet Marodin Madeireiras S. A., no “ano de 1997, passou a operar com a denominação social Araupel S.A., quando em Assembleia Geral Extraordinária os sócios aprovaram a extinção da Giacomet Marodin de Madeiras S/A.” (HAMMEL, 2020, p.144). A mudança do nome foi porque houve mudanças na marca e nas tecnologias de beneficiamento, sendo que não é apenas uma, mas três empresas.

A Araupel, CNPJ nº 87.102.810/0001- 37, é controladora de pelo menos mais três empresas, a Araupel/Giacomar com sede em Curitiba, fundada em 1984, a Araupel S.A. Guarapuava, fundada em 31 de março de 2010, ambas filiais, e a Rio das Cobras Florestal, fundada em 19 de agosto de 2003. (HAMMEL, 2020, p.145)

Vemos que há mais filiais madeireiras da Araupel no Paraná. Todas trabalham com beneficiamento de madeira sendo que a empresa também exporta madeiras para outros países. Esse latifúndio onde a empresa explorou madeiras nativas, com essa vasta área de terra muitos camponeses pobres começaram a ocupar essas áreas, mas não tiveram muito sucesso.

Foi visto no item anterior que os conflitos e a violência no Brasil contra os camponeses vêm de um processo histórico. “Conflitos sociais no campo, no Brasil,

não são uma exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país.” (OLIVEIRA, 1994, p,15).

E no latifúndio da Giacomet Marodin não foi diferente, esse território se torna um local de conflitos contra camponeses, caçadores, pescadores, todos que entram em sua terra eram alvo dos guardas e jagunços contratados pela Giacomet para cuidar de suas áreas de *pinus* e qualquer um que os guardas pegavam tinham ordem do capitão de matar ou torturar. (QUEM TV PRODUÇÕES, S./d.)

Como aconteceu com Idalino de Moraes com 51 anos (esse acontecimento ocorreu depois que a Giacomet Marodin se apropriou das terras que ela explora): “Idalino foi assassinado, seu crime foi querer comer e dar de comer seus filhos, foi caçar nas terras da poderosa Giacomet, morreu, foi morto em quanto fugia, desarmado Idalino foi fuzilado com 3 tiros nas costas.” (QUEM TV PRODUÇÕES, S./d.)

Derminia Conrado de Moraes viúva de Idalino afirma:

Quando ele chegou e viu a lancha, ele chegou no Barranco e pulou para dentro da Giacomet, disserto pra escapar, mais disserto não deu tempo né de escapar e eles tornaram atirando. Quando aqui veio o caixão da mesma madeira, um caixão quadrado, eles ponharam com roupa e botas e tudo, tamparam com um plástico, enrolaram com um plástico e eu nem vi, eles aqui não deixaram ver. (QUEM TV PRODUÇÕES¹, S./d.)

Além do assassinato de Idalino, aconteceram outros, também os guardas da Giacomet torturavam qualquer um que eles achavam nas terras da empresa, como podemos ver na fala de um senhor que trabalhou de guarda da Giacomet.

O Senhor Antônio, que trabalhou como guarda da Giacomet, conta o que acontecia para qualquer um que fosse pego dentro da área da empresa.

Bom quando nos saia fazer batida, eles, nois saia lá de 5 ou 6 as vezes 10, 12. Então quando achava gente pescando na beira do rio, que eu cuidava do Iguaçu e mais um tanto do mato e tinha dias que cuidava da água, então eles, nois andando junto né, de repente achava alguns pescando de anzol, e lá algumas redes estendida né, ai eles pegava o camarada, tomava os anzóis, pegava aquela vasilha que o cara tinha minhoca e barro sabe, pra ela não mucha, ponhava um pouquinho de água, amarava o camarada e ponhava as mão para frente virava de bruços, pisava em cima, viravam ele fazia engolir aquela minhoca com barro e água, assim sabe e se não quisesse abrir, eles

¹ Quando for mencionado QUEM TV PRODUÇÕES, estou transcrevendo as falas de acordo como está no vídeo: **Giacomet Marodin**: uma história de violência e devastação. MST. Curitiba, s./d. Disponível em: <https://youtu.be/vgefYZJCxv4>

enfiava o cano do revólver ou espingarda dentro da boca, o cara tinha que engolir meio de qualquer jeito e alguns eles entregavam para o capitão, que no meu tempo que eu trabalhei era o capitão Estival, eu era do exército sabe. Me aborreci de trabalhar com eles porque a judiaria era demais, eles, a gente que não é daquilo, como eu nunca mavaldei pra ninguém, não gostava de fazer o mal e via a judiaria que os guardas faziam, os meus próprios companheiros, achei que não ia dar ponto daquele jeito, daí peguei e pedi a conta e sai. (QUEM TV PRODUÇÕES, S./d.)

Como podemos ver a violência e a tortura que aconteceu com os camponeses, e ainda no decorrer dos anos o que foi acontecendo de violência nas primeiras ocupações que ocorreu no latifúndio, além das maldades que os guardas da empresa faziam com os vizinhos que entrassem nas terras, e com as pessoas que participavam das ocupações.

As áreas de terra da Araupel já vieram sendo ocupadas desde 1970, por camponeses posseiros, sendo expulsos pelos guardas da empresa, mas na “década de 1980 ocorreram novas ocupações nas terras da Giacomet-Marodin. No primeiro ano do decênio 800 famílias ocuparam parte do latifúndio, sendo combatidas por este com a violência costumeira.” (ROOS, 2015, p.166) sendo que os camponeses tornaram a ocupar o latifúndio, e novamente foram expulsos com extrema violência pelos jagunços contratados pela empresa.

É importante frisar que estas ações de enfrentamento do campesinato à Giacomet Marodin nas décadas de 1970 e 1980, embora semelhantes, estavam desarticuladas de outras lutas que ocorriam no território nacional, encadeadas posteriormente com a formação do MST em 1984. Além disso, ocorreram durante o governo militar, ou seja, sob a política de extrema opressão e violência àqueles que desafiassem a ordem imposta. (ROOS, 2015, p.167).

Os camponeses que não tinham nem um movimento bem articulado, mais devemos considerar que era as articulações possível para aquela época, a partir disso sofreram muito pelos abusos de violência pelos guardas da Araupel. Segundo Roos, (2015) os camponeses voltaram a ocupar as áreas de terra da Araupel pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

No ano de 1996 os camponeses organizados no MST realizaram a ocupação de parte da Fazenda Pinhal Ralo, em Rio Bonito do Iguaçu. O acampamento chamou atenção pelo número de pessoas, cerca de 12.000, pela organização para a sobrevivência, pela relação com a comunidade e com o poder público e pelo enfrentamento aos donos do latifúndio. O ofício da Superintendência Regional do INCRA - PR nº 089/96 reconheceu a dimensão do conflito social e a necessidade do assentamento: (HAMMEL, 2020.p.147).

Na figura 2, podemos observar quando ocorreu a primeira ocupação no latifúndio da empresa Araupel, o momento exato em que as cercas são rompidas. também conhecido como Fazenda Pinhal Ralo que no dia 17 de abril de 1997 foi enfrentado o latifúndio e sendo apenas um dos momentos de conflito.

Figura 2 – Ocupação do Latifúndio da Araupel, em 1997.



Fonte: Sebastião Salgado, 1997.

Assim se deu o início das ocupações vitoriosas no latifúndio da Araupel, começando por Rio Bonito do Iguaçu, articuladas pelo MST com muitos camponeses que eram sem-terra e estavam em busca de um local onde eles pudessem produzir seus alimentos.

Por meio do MST aconteceram nos anos de 1997 e até 2005 consecutivas ocupações, a desapropriação de mais de 51.000 (cinquenta mil) hectares de terra dos imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras e para assentamento de Reforma Agrária nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, onde foi assentado mais de 3 mil famílias. Assim, “a Araupel recebeu pela terra nua, benfeitorias, estradas, pontes, mata nativa e cultivada. Os valores pagos consideraram a cotação dos preços de mercado na época de cada desapropriação.” (HAMMEL, 2020, p.147).

Mas para ser possível a realização desse sonho de ter um pedaço de terra, sangue foi derramado naquele chão, pessoas inocentes morreram nas mãos dos

guardas da Giacomet, além daqueles que foram torturados. Como podemos ver o que aconteceu nas vésperas da primeira desapropriação.

Dia da desapropriação dos 16 mil hectares que dariam origem ao assentamento Ireno Alves dos Santos, dia que deveria ser de festa, festa que o sonho que pouco se concretizava, mais não foi, manhã de 16 de janeiro de 1997, numa emboscada preparado a dias, guardas da Giacomet disparam vários tiros contra um grupo de trabalhadores sem-terra que iniciava o plantio de milho. Assassinaram Vanderlei de apenas 16 anos e José Alves de 34 anos, ficou ferido José Ferreira que levou um tiro de raspão na cabeça. No corpo de Vanderlei foram encontrados vários tiros a queima roupa, caracterizando uma execução covarde. (QUEM TV PRODUÇÕES, S./d.)

Essa primeira desapropriação do latifúndio da Araupel ocorreu no município de Rio Bonito do Iguaçu, no ano de 1997, com a formação do assentamento Ireno Alves dos Santos, em uma área de 16.852,16 hectares e assentando o total de 950 famílias e, logo em seguida, foi criado o assentamento Marcos Freire com uma área de 9.400,00 (nove mil e quatrocentos) hectares e contou com 608 famílias assentadas. (HAMMEL, 2020).

A formação dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire aconteceu pela organização de camponeses junto com o MST no enfrentamento ao latifúndio da empresa Araupel.

Posteriormente, ocorreram novas ocupações após a formação dos assentamentos no Rio Bonito do Iguaçu, em Quedas do Iguaçu no imóvel Rio das Cobras, a partir desse enfrentamento também se deu a conquista do assentamento Celso Furtado. As ocupações aconteceram em dois momentos, a primeira ocupação ocorreu no “dia 10 de maio de 1999 cerca de 1800 famílias ocuparam o Núcleo Bacia do latifúndio da Araupel no município de Quedas do Iguaçu.” (ROOS, 2015, p.175). Vários ocupantes dessa área eram excedentes dos assentamentos anteriores, que ficaram acampadas às margens da BR-158 na localidade de Campo do Bugre no município do Rio Bonito do Iguaçu. Assim, o novo acampamento recebeu o nome de “Dez de Maio”, por conta da data da ocupação do Núcleo Bacia. Essa ocupação no latifúndio da Araupel sofreu muitas ameaças e tentativas de despejo, mas os camponeses organizados pelo movimento resistiram até o fim.

Mais no decorrer desse tempo foram muito amedrontados pelos jagunços da empresa, como diz o entrevistado (12).

Depois da ocupação da área, o pessoal do acampamento teve que cercar com arame farpado ao redor do acampamento. Para os pistoleiros da Araupel não invadir a base do acampamento e matar os acampados, porque eles viviam prometendo que iam invadir e matar qualquer um que não quisesse

sair de lá. Nesse período, os acampados ficavam de vigia ao redor do acampamento cuidando para ver se os pistoleiros chegassem de surpresa. Toda noite, quatro ou cinco camionetes vinham até perto da ponte do campo novo e focavam com o farol para o acampamento, e nós via que eles estavam fortemente armados. (E12)

De acordo com o entrevistado (10) “tinha guardas da empresa que faziam tiroteio para assustar os acampados. Além de que eles derrubaram a ponte que dava acesso ao acampamento, para deixar as famílias com medo.” Logo depois que derrubaram a ponte o entrevistado (11) nos conta que “teve um tiroteio, que cerca de 20 pistoleiros dispararam contra um grupo de 50 acampados. Mais ninguém foi ferido.

No início a Araúpel possuía uma guarda armada, inicialmente tipo jagunço, depois contratou uma empresa de segurança que cumpria o mesmo papel dos jagunços. Até o ano 2000, mais ou menos, quem entrasse nas áreas da Araúpel eram mortos ou presos. Depois, passaram a prender e entregar para a polícia. (E13)

Segundo Roos (2015), a terceira ocupação, também em Quedas do Iguaçu, ocorreu no dia 12 de julho de 2003. Contou com aproximadamente 2.300 famílias que se organizaram para ocupar o setor do “Silo”² do referido latifúndio e constituíram o acampamento José Abílio dos Santos. A ocupação massiva do “Silo” foi estrategicamente organizada, pois além de pressionar pela desapropriação das terras da Araúpel, junto com o acampamento Dez de Maio, cerca de 15 Km de distância, constituíam-se em mútuo reforço contra o latifúndio, contra despejos e pressão para a desapropriação.

Depois que foi ocupada a área do “Silo” houve uma pressão da empresa com a cidade para tirar os acampados, como diz o entrevistado (15).

Araúpel junto com o prefeito daquele período que era o Vitório Revers, juntaram um pessoal da cidade e foram até a ponte, onde tinha um local de vigia dos acampados para não deixar a polícia e muito menos os pistoleiros da empresa entrar. Todo esse pessoal junto com a polícia, a Araúpel e o prefeito estavam perto da ponte, não aconteceu um confronto por muito pouco. Nós acampados sofria muita ameaças e pressão da empresa, além de que a empresa colocou a cidade contra os acampados. No dia que eles vieram até a ponte, estavam junto com a Araúpel seus funcionários e algumas pessoas da cidade, eles queriam tirar nos do silo. (E15)

Os dois acampamentos seguiram a característica do MST, e assim se organizaram para criar unidade familiar, brigadas, núcleos de base³, etc. com essa formação fortaleceu cada vez mais os acampamentos. (ROOS, 2015).

² Setor “silo” era como a empresa Araúpel nomeava determinados lugares de seu latifúndio

³ Unidade familiar, brigadas, núcleos de base foi uma organização do acampamento para que famílias pudessem cultivar áreas de terra, uma produção em coletivo. “Trata-se de trabalho coletivo disposto entre os núcleos de base ou brigadas de 50 famílias para o cultivo de determinada lavoura em parcela da área ocupada.” (ROOS, 2015, p.176).

De acordo com Roos (2015) o acampamento se organizou para trabalhar no “coletivão”, que:

Trata-se de trabalho coletivo disposto entre os núcleos de base ou brigadas de 50 famílias para o cultivo de determinada lavoura em parcela da área ocupada. Esta lavoura localizava-se distante do acampamento sendo o cultivo realizado de forma tradicional, ou seja, assentado na mecanização, utilização de fertilizantes químicos, sementes industrializadas e aplicação de agrotóxicos, produzindo basicamente, soja, milho e feijão destinados, sobretudo, a comercialização. (ROOS, p.176)

A produção não era apenas para o consumo das famílias acampadas, mas também produção coletiva, que gera renda para ajudar as famílias a continuarem no acampamento. “Além da produção coletiva, realizada nos moldes da agricultura capitalista e voltada ao mercado, existiu também num espaço reduzido do acampamento, outra destinada ao autoconsumo das famílias.” (ROOS, 2015, p.177).

Além dos acampados se preocuparem com a produção também foram promovidos cuidados com a saúde e a educação, onde foi criada a escola itinerante no acampamento para atender os filhos dos acampados. (ROOS, 2015).

As duas ocupações sendo a da “Bacia” e a do “silo”, que ocorreram no latifúndio conquistaram o assentamento Celso Furtado. Este foi criado em 06 de dezembro de 2004, desapropriando 23.733,1869 ha da fazenda Rio das Cobras.

A análise da cadeia dominial do referido imóvel possibilitou ao INCRA identificar que o mesmo pertencia ao patrimônio público federal, o qual destinou as terras ao INCRA para a Reforma Agrária. Todas as benfeitorias que haviam na área foram pagas em juízo para a empresa no valor de “máximo determinado (R\$ 75 milhões), ressaltando expressamente que a liberação dos valores estaria condicionada às conclusões da perícia.” (ROOS, 2015, p.178).

Também houve a criação do assentamento “Dez de Maio” numa pequena parte de terra que tinha sobrado no imóvel Pinhal Ralo, localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu. As famílias assentadas no Dez de Maio eram excedentes do assentamento Celso Furtado. No assentamento somente havia capacidade de 69 famílias sendo que 60 famílias eram oriundas dos acampamentos de Quedas do Iguaçu e 09 famílias era dos “bandeira branca”⁴, pequeno grupo dissidente do MST.

⁴ “Bandeira Branca” é um grupo de acampados que não fazem parte de um movimento social como exemplo: MST, mais lutam pela terra, só que não segue regras como um movimento.

“Esse assentamento foi criado no dia 26 de setembro de 2005. O assentamento é fruto das lutas dos camponeses” (ROOS, 2015, p.179-181).

a conquista dos assentamentos Celso Furtado, Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e 10 de Maio propiciaram a (re)territorialização de 2.623 famílias que modificaram o território: a terra de negócio foi transformada em terra de trabalho e de manutenção da vida. Contudo, os assentamentos rurais não são territórios absolutos do campesinato e a conquista destes e respectiva territorialização camponesa não significa o fim das disputas territoriais. (ROOS, 2015, p.182)

Como vimos, por meio de muita luta os camponeses foram ocupando as terras do latifúndio da Araupel. Assim, temos os assentamentos Ireno Alves dos Santos, assentamento Marcos Freire, assentamento Celso Furtado e o assentamento 10 de Maio que se encontram nas terras que eram da Araupel.

No ano de 2014 novamente o MST ocupa outra área dentro latifúndio, essa ocupação realizada por filhos de assentados. A ocupação do Herdeiros da Terra de Primeiro de Maio foi em homenagem do dia do início do acampamento base⁵. A ocupação contou com 2.500 famílias acampadas e se realizou em 17 de junho de 2014. Foi ocupada uma área de *pinus* da empresa Araupel localizada no município de Rio Bonito do Iguaçu. Entre os ocupantes estavam sem-terra da região e um grande número de filhos de assentados que já eram maiores de idade que optaram por acampar (HAMMEL,2020).

Segundo o entrevistado (19) conta como foi organizado o acampamento, para ocupar mais um pedaço do latifúndio da Araupel.

Para fazer a ocupação foi organizado e como a maioria era filhos de assentado do Marcos Freire, Ireno Alves e Dez de Maio. O pessoal se organizou com as lideranças que já eram assentadas, fizeram esse processo, o primeiro acampamento chamado acampamento base, onde se iniciou toda a organização para reunir o pessoal, para ter uma grande quantidade de famílias para ter mais força para ocupar a área da empresa. A organização ocorreu em um lote de um assentado. (E19)

Na imagem 1 e 2 podemos observar a construção de barracos por famílias acampadas que fizeram parte da ocupação dos herdeiros da terra em 2014. Famílias que lutam por reforma agrária, na esperança de ganhar terra para produzir alimento.

⁵ O acampamento base é o local utilizado para juntar pessoas que tenha o interesse de se acampar. Tem como objetivo reunir famílias. Um local para organização antes de ir para área desejada.

Imagem 1 – Ocupação no Acampamento Herdeiros da terra em Rio Bonito do Iguaçu



Fonte: Barreto, Marcelo. 2016

Imagem 2– Poucos dias depois da ocupação



Fonte: Lima, Soniamar Lara. Arquivo pessoal. 2014

O Entrevistado (19) diz que depois da ocupação da área sofreram muita pressão além de que sempre estavam sendo vigiados pelos guardas da empresa. No local que eles estavam não atendia a necessidade de todos para plantar um pedaço de terra, alimentos, como mandioca, batata doce, feijão, arroz que ajudam as famílias a se manter acampadas. Também houve comentários de despejo, a partir disso as famílias acampadas se organizaram para que não houvesse despejo.

Com a ameaça de despejo o pessoal do acampamento se juntou e trancou a ponte, não deixando o pessoal da Araupel entrar, somente foi permitido tirar

as máquinas. Assim, foi possível se espalhar e garantir a área. Foi se dividido em vários pontos, sendo que algumas famílias foram para o Iambari, outras para o Guajuvira e assim também nos Herdeiros 1, alojamento e ponte. Com isso estávamos espalhados em toda área. Mais antes disso a polícia sempre andava cuidando o pessoal para que não tivesse como espalhar na terra. (E1)

Depois dos acampados se espalharem em pontos estratégicos para garantir que não ocorresse o despejo, os funcionários da empresa entravam para tirar a madeira: “Ninguém dos acampados ficaram com *pinus* nos lotes, a Araupel entrou e retirou toda madeira que tinha. Pois o objetivo era a terra. A empresa podia entrar quando quisesse para retirar toda a madeira.” (E5). Além dos funcionários da empresa também entravam os guardas e a polícia que ficavam rondando o acampamento e amedrontando os acampados.

Quando havia as assembleias com todos os acampados, os guardas da empresa ficavam rondando por perto do baração de reuniões. Teve várias vezes que estávamos nas assembleias que os guardas da Araupel davam tiros para cima, para assustar as famílias. Além de que a polícia que andava junto com o pessoal da empresa, amedrontava os acampados que andassem sozinho longe do acampamento, como os que iam trabalhar nas roças. (E5)

De acordo com o entrevistado (E7), além da pressão e ameaças que sofriam dos guardas da empresa, “a mídia local sempre dizia que nos acampados tinha invadido as terras da empresa. Que nós éramos um bando de vagabundo que só atrapalhava. Além de que tinha aquele olhar esquisito das pessoas quando nos ia para a cidade.” (E7)

Depois que se espalhemos, demorou mais ou menos um ano e pouco foi iniciado o PDA (Projeto de Desenvolvimento de Assentamento) é feito por técnicos do Incra quando é certinho, mais o nosso foi feito pelos próprios acampados, fazendo de acordo como é. Foi iniciado vendo onde tinha água respeitando as reservas etc. E depois das medidas foi documentado tudo, no final havia 1100 famílias cadastrada e assim foi decidido fazer um Assentamento popular, não reconhecido pelo governo. Más estamos trabalhando e produzindo na terra. Cada Assentado ficou com média de 5 alqueires cada um. (E1)

Depois de ver como foi se desenvolvendo e se formando os acampamentos e alguns se tornando Assentamento reconhecidos pelo INCRA⁶ como Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire, Dez de Maio e Celso Furtado, e o Assentamento Popular Herdeiros da terra, vamos para o nosso objetivo final sobre o Acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu

⁶ “O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é **executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.**” (INCRA, 2020)

4 VIOLÊNCIA DA EMPRESA ARAUPEL CONTRA OS CAMPONESES DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO.

Depois da ocupação do acampamento Herdeiros da Terra de Primeiro de Maio, citado acima, houve a organização de novo acampamento, que contou com pessoas acampadas dos herdeiros e filhos de assentados do Assentamento Celso Furtado, apoio de lideranças dos assentamentos da região, para ocupar o restante de terra da empresa Araupel. Primeiramente, foi feito o acampamento base que segundo o entrevistado¹⁴ serviu para reunir camponeses, esses filhos de assentados e todos aqueles que queriam conquistar um pedaço de terra para trabalhar no campo. “O acampamento base contou com a presença de 1.500 famílias, sendo que o acampamento organizado ficou próximo da cidade de Quedas do Iguaçu.” (Entrevistado 16)

Na imagem 3, podemos observar a formação de um acampamento base, esse foi organizado próximo a cidade de Quedas do Iguaçu. Na formação do acampamento base, as famílias que querem se acampar constrói barracos de lona e ficam esperando uns dias até ir para a área desejada. para lutar na conquistar a terra pra trabalhar e produzir alimento: “o povo de Quedas não come madeira” (Entrevistado 10).

Imagem 3– Acampamento base próximo a cidade de Quedas do Iguaçu.



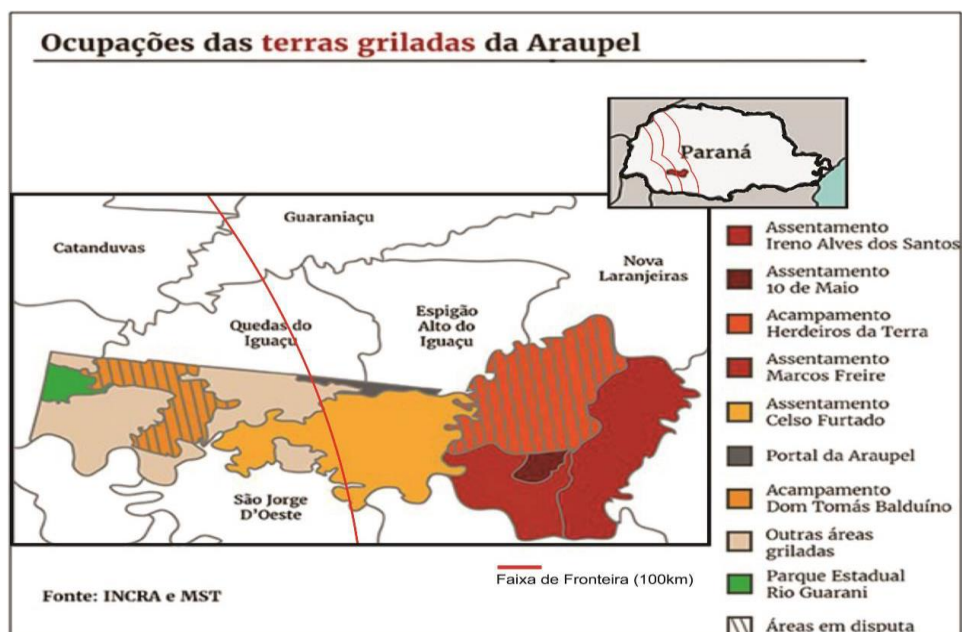
Fonte: Jcattelan. <http://www.click3.com.br/site/noticias.php?id=1750>. 03/06/2015

Como nos conta o entrevistado (3) a organização dos acampados foi para ocupar a área de terra que estava em domínio da empresa Araupel, conhecida como Projeto Quatro.

O movimento estudou e viu que a área do projeto quatro fazia parte da mesma do Assentamento Celso Furtado. Então foi avisado para o pessoal que já era assentado que iam fazer um novo acampamento, isso para que quem tivesse filho com mais de dezoito anos e tivesse interesse de se acampar. Com isso foi organizado o acampamento base para reunir o pessoal, o acampamento base para reunir famílias era em um lote de um Assentado. Ficamos um pouco mais de um mês e na madrugada do dia 7 de julho de 2015, desmanchemos os barracos e fomos para o Projeto 4, na área que tínhamos interesse de conquistar um lote para trabalhar e sustentar nossa família. Depois de chegar fomos construindo os barracos e começou a chover e virou um lodo, foi difícil nos primeiros dias e depois o tempo melhorou. (Entrevistado 3)

A partir dessa organização, surge o acampamento Dom Tomás Balduino, o qual ocupa a área do Projeto Quatro⁷, que ficava aproximadamente 12 quilômetros da cidade de Quedas do Iguaçu-PR. Em seguida começa a perseguição, pressão e ameaças da empresa sobre os camponeses acampados, segundo os entrevistados (20, 04 e 09). Após a ocupação da área, a empresa mandava seus seguranças rondar nas proximidades do acampamento, para amedrontar os acampados. A seguir, o mapa da localização do acampamento. A seguir mapa 3, área da Araupel.

Mapa 3 – Ocupações das terras nos imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo.



Fonte: INCRA e MST apud Jornal Brasil de Fato (2016).

⁷ “O projeto 4” era mais um ponto estratégico da empresa, além das madeiras que tinha na área, era local de lazer, todo o latifúndio era dividido por setor e o projeto 4 era mais.

No mapa acima vemos as áreas do latifúndio da Araupel que foram ocupadas pelo MST. Vemos o assentamento Celso Furtado na cor amarelo e o acampamento Dom Tomás Balduino na cor amarelo queimado com umas listras. Para melhor entender o mapa, os locais que tem listras são ainda um acampamento, os demais são assentamento, pelo fato de o acampamento ficar próximo às margens da rodovia PR 473, tanto a polícia como os guardas da empresa andavam nas proximidades uma forma de pressionar e amedrontar os acampados.

De acordo com o entrevistado (6), os guardas da Araupel, mais a polícia, também faziam rondas nas proximidades do acampamento.

Desde o dia que foi montado o acampamento a polícia ficava passando na frente da chegada do acampamento. Na entrada do acampamento tinha vários acampados que ficava cuidando para os guardas e a polícia não invadir para tentar tirar nós de lá. Todos já sabem como a Araupel trata os acampados, na base da bala, mata qualquer um, não importa se é grande ou criança. (E6)

O acampado retrata o imaginário popular, além desse medo que os acampados têm da Araupel, foi possível ver até nas entrevistas realizadas, o medo que eles tinham de falar a respeito desse assunto. A seguir vamos conhecer como é o acampamento.

Nas imagens 4, podemos observar a primeira, a placa com o nome do acampamento e o acesso que leva para dentro da área, já a segunda imagem mostra como é organizado os barracos.

Imagens 4 – Entrada do Acampamento Dom Tomás Balduino, 2016.



Fonte: Madruga, Joka. Terra Sem Males. Acampamento Dom Tomás Balduino, 2016.

Após observar as imagens do acampamento vamos entender qual foi o motivo que levou o movimento entrar nessa área. De acordo com a sentença dá 1º vara Federal de Cascavel, a justiça declarou nulos os títulos das terras do latifúndio como podemos ver a seguir.

Trata-se de ação ordinária intentada pelo **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, em face de **RIO DAS COBRAS FLORESTAL LTDA**, em que postula a declaração de nulidade de título dominial dos imóveis rurais denominados "Fazenda Rio das Cobras" e "Fazenda Pinhal Ralo", situados no município de Quedas do Iguaçu/PR, concedidos indevidamente pelo Estado do Paraná a particulares, por constituírem áreas de domínio da União. (Grifos do autor) (Sentença de 15/07/2015, p.1)

Ao serem anulados os títulos, como visto acima, as terras pertencem à União e, assim, não precisa indenizar a empresa, pois a terra é da própria União.

Todavia, no caso aqui em debate, como visto, restou reconhecida a nulidade do título de propriedade da **RIO DAS COBRAS FLORESTAL LTDA** bem como que o imóvel é de propriedade da União. Portanto, haja vista que o particular não detinha o domínio do imóvel não se trata de desapropriação indireta de forma que não há falar na justa e prévia indenização prevista constitucionalmente, isso porque a União não precisa indenizar a si mesma. (Grifos do autor) (Sentença de 15/07/2015, p.31)

A partir disso, vemos que foi reconhecido a nulidade dos imóveis que estão em domínio do latifúndio.

[...] 3. **Reconhecida a nulidade de toda a cadeia dominial de imóvel pertencente à União, nenhuma indenização é devida ao suposto proprietário, pela "perda" da propriedade. A uma, porque bens públicos são insuscetíveis de sofrer aquisição via usucapião, consoante dispõe a Súmula 340 do Supremo Tribunal Federal.** A duas, porque o expropriado não demonstrou exercer posse sobre o imóvel e, por isso, não há como se presumir que tenha sido retitulado. (TRF4, AC 5005362-06.2011.404.7002, Quarta Turma, Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 02/06/2014). (Sentença de 15/07/2015, p.31 - Grifos do autor)

Um dos motivos de haver essa ocupação é que as áreas de terra do latifúndio pertencem à União. De acordo com Giovanaz (2017):

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) declarou, nesta terça-feira (1), que os títulos de propriedade da Fazenda Rio das Cobras, da madeireira Araupel, são nulos. A decisão foi tomada por quatro votos a um, em Porto Alegre, e responde a uma demanda histórica dos movimentos sociais na região Centro Sul do Paraná. A determinação é resultado de uma ação judicial movida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2014. Há dez anos, o Instituto contestava a validade dos títulos do imóvel localizado entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu. A decisão do TRF-4 confirmou a sentença de primeira instância, de 2015, quando os títulos foram declarados nulos pela juíza de 1ª Vara Federal de Cascavel. Com o resultado, a União deve retomar a posse da terra. (GIOVANAZ, 2017, S/N)

De acordo com a sentença, as terras são da União, a partir disso os camponeses se organizaram para que essas terras sejam destinadas à Reforma Agrária. Os camponeses acampados quando souberam das sentenças que as terras eram da União e que, portanto, caiu a ordem de despejo, acabaram “baixando a

guarda” em relação à empresa, pois acharam que por ter saído a sentença de 2015 declara que as terras são da União, a empresa não ia fazer mais nada, mas se enganaram, como conta o entrevistado(8):

A polícia passava na frente da entrada do acampamento e não era apenas um carro, mais sim três ou quatro. Um dia a polícia parou na frente da entrada do acampamento, mais do outro lado da rodovia da PR 473, fortemente armada, tinha entorno de quinze polícia muito bem armado, nós estávamos do outro lado para impedir que a polícia entrasse no acampamento. Ficaram uns 15 minutos parados lá e daí foram embora, por pouco não teve um confronto. (E8)

Também já aconteceu quando o entrevistado (2) estava cuidando as entradas do acampamento onde tinha um galpão para aqueles que iam ficar cuidando para que ninguém de estranho entrasse no acampamento. Chegaram guardas da Araupel, ele explica como aconteceu:

nós cuidávamos das entradas do acampamento em guaritas, onde ficava sempre três ou quatro pessoas acampadas. Na guarita do fundo onde ficava mais longe do acampamento, um certo dia chegou os guardas da Araupel e disseram para nós que estava lá que era para avisar os demais, falando de forma que estava nos ameaçando que qualquer um que entrasse na floresta de pinus eles não se responsabilizavam com o que ia acontecer com essa pessoa. (Entrevistado 2)

De acordo com o entrevistado acima, eles tinham muito medo dos guardas da empresa porque sempre quando eles podiam eles amedrontavam os acampados.

Uns dias se passaram, segundo o entrevistado (18), que conta que estava na cidade em uma lanchonete próximo ao trevo que vai sentido a Três Barra do Paraná, quando viu passar viaturas da polícia e, logo em seguida, foi uma camionete cheia de pneus, depois de uma meia hora voltou. Depois disso, ele retornou para o acampamento e ficou sabendo de um incêndio nos fundos da área que estava ocupada por eles: “suspeito que aquela camionete levou os pneus para a polícia colocar fogo nos *pinus* e em seguida fazer a emboscada para nós que fomos apagar o incêndio. Só que a pressão continuou depois do ocorrido” (E18).

Para entender melhor como isso aconteceu, o entrevistado (9) nos relata os fatos, pois estava junto com o grupo de acampados quando houve a emboscada.

No dia sete de abril de 2016, lá por meio dia, um boato muito grande que tinham entrado, tinham aberto a porteira e entraram e tacaram fogo nos pinus, na parte dos fundos do acampamento. As famílias por questão de segurança decidiram ir olhar esse espaço para ver como estava, por medo, as famílias decidiram ir com bastante gente, porque tinham medo de andar sozinhos. Aí foram e quando estavam fazendo a curva que hoje é o Eldorado dos Carajás, a escola Itinerante, e quando estavam fazendo a curva foram recepcionados

a tiros, por uma emboscada da polícia militar com os jagunços da empresa. Foram alvejados por tiros sem cessar, sem um segundo para as famílias entender o que estava acontecendo, foram recebidos a tiros pela polícia e pelos jagunços da empresa. Onde acabou tombando dois companheiros que foi o companheiro Vilmar Bordin e o companheiro Leonir Orback, que acabaram morrendo no local e alguns companheiros levaram tiros e ficaram gravemente feridos e vários companheiros ficaram psicologicamente abalados, por conta desse ocorrido. (E9)

Como podemos ver a entrevista (9), conta que estava junto no dia que morreu os companheiros, além do susto e medo ao mesmo tempo pelo fato de ouvir os tiros e não saber o que estava acontecendo.

Na imagem 5, podemos observar a camionete que foi alvejada por disparos da polícia na emboscada que houve no dia 7 de abril de 2016, e estavam nesse carro os dois companheiros que morreram que foi citado acima.

Imagem 5 – Camionete alvejada por disparos pela polícia.



Fonte: Luiz Carlos da Cruz/Gazeta do Povo, 2016.

O entrevistado (4) suspeita que a emboscada aconteceu porque logo depois que saiu a sentença, os acampados acabaram “abaixando a guarda” e a empresa aproveitou para retalhar. Antes desse acontecido os acampados fecharam o fundo que dava acesso ao acampamento como conta o entrevistado 9.

O acampamento Dom Tomás Balduino tem um estradão que corta o acampamento, e no final tem uma porteira bem grande, que foi fechada. Por que no espaço do acampamento é proibido caçar e cortar madeira, mais também por que houve conversas na cidade que a empresa tinha contratado muitos jagunços e seguranças, com isso as famílias estavam com muito medo, pois já vem de tempos atrás a violência da empresa contra as famílias acampadas. Por causa desses fatos foi decidido fechar essa porteira. (E9)

“Havia a dificuldade da segurança dos acampados, pois sabiam como age a empresa, como o estado, a segurança pública age a serviço da empresa.” (E9) Depois da emboscada as famílias ficaram com muito medo, aqueles que estavam junto no momento em que houve a emboscada ficaram sem saber o que estava acontecendo.

As famílias jamais imaginariam que estavam entrando em uma emboscada, as famílias ficaram muito assustada com esse ocorrido, o acampamento ficou bastante abalado com essa questão e ainda com muito mais medo da empresa Araupel, as famílias tinham muito medo dos seguranças dos jagunços entrarem no acampamento. Pois já tinha acontecido a emboscada, depois disso podia esperar de tudo da empresa. (E9)

Depois do ocorrido, além dos camponeses acampados mortos, ficaram os feridos, como conta o entrevistado (17), pai de um ferido:

O meu filho ficou muito mal, quase morreu, além de demorarem levar ele para o hospital, quando já estava no hospital não foi bem tratado, demoraram atender, e todo esse tempo ele estava sangrando. Quando voltou para o barraco no acampamento sofreu muito, por não poder trabalhar, as pessoas do acampamento ajudaram muito. Mas nas piores horas era quando tinha que dar banho nele e trocar os curativos. Vi meu filho quase morrer, só por que ele queria ter um pedaço de terra para trabalhar. (E17)

O irmão de um dos feridos comenta que “o meu irmão quase morreu pelas mãos da Araupel, senti uma dor tão grande, mais não posso imaginar como ficou os familiares daqueles que morreram. A empresa tirou pais de seus filhos e filhos de seus pais.” (Entrevistado 8)

A maior dor foi daqueles que perderam seus entes queridos, só que isso não para por aí. A partir do fato ocorrido começaram as investigações para saber o que realmente aconteceu, mas saíram dois resultados da investigação, veremos a seguir.

A Polícia Federal concluiu que os policiais militares que entraram em confronto com integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Quedas do Iguaçu, no oeste do Paraná, agiram em legítima defesa. A conclusão faz parte do inquérito policial federal que investiga o **enfrentamento ocorrido no dia 7 de abril, quando dois sem-terra morreram** e ao menos seis ficaram feridos. (Wurmeister, 2016, grifos do autor)

Ainda, acrescenta em nota: “concluiu-se que a ação policial resultou da utilização proporcional do uso da força em legítima defesa, não tendo sido detectado excesso por parte dos policiais envolvidos”, aponta o documento (Wurmeister, 2016).

Na época, a delegada Ana Karine Palodetto declarou que, pela falta de depoimentos de alguns sem-terra que foram intimados e não compareceram à delegacia, não foi possível definir de quem partiu o primeiro tiro. Tanto os policiais como os sem-terra garantem que foram vítimas de uma emboscada, mas divergem nas versões. Enquanto um dos integrantes do MST feridos e detidos no mesmo dia do confronto diz que a polícia foi a primeira a atirar, outro **afirma ter partido dos próprios sem-terra o primeiro disparo**. Esta é a

mesma versão defendida pelo advogado do MST, Claudemir Torrente Lima, o qual acrescenta inclusive que os acampados foram atingidos pelas costas. (Wurmeister, 2016, grifos do autor)

O entrevistado (9) diz que “como é possível legítima defesa da parte dos polícias, se os acampados foram atingidos pelas costas, e somente os acampados foram feridos. “

"Houve a abertura de dois inquéritos. A Polícia Federal concluiu cerca de três meses após o assassinato que os policiais atuaram em legítima defesa e os inocentou. Eles alegaram que os trabalhadores sem terra atiraram primeiro e por isso a polícia revidou, o que é uma grande mentira, não conseguiram provar isso", afirmou Camilo da Silva.

Ele explicou ainda que o outro inquérito, por parte da Polícia Civil, nunca chegou a ser concluído. "A delegada responsável por essa investigação é a mesma que apareceu na reportagem do Fantástico falando sobre a "Operação Castra" e criminalizando o MST neste domingo (6). Ela fez a investigação para pedir as prisões preventivas sob o comando do titular da 15ª Subdivisão Policial de Cascavel, o delegado Adriano Chohfi", continuou o advogado. (Brasil de Fato, 2016)

Vemos que a empresa tem apoio da polícia, como também exerce um determinado poder na própria cidade de Quedas do Iguaçu. Segundo um participante das lideranças do movimento:

A empresa tem um histórico violento contra os camponeses, principalmente dos movimentos, pois é o que mais aparece na mídia. Também tem uma forte proteção do estado trabalhando a favor da empresa. Por exemplo, em Quedas, a Araúpel concedeu terras para determinadas entidades, como o campo da Polícia Militar de Quedas do Iguaçu é uma concessão da empresa, com isso a empresa passa a ter uma influência sobre a polícia. Atualmente, a Araúpel não tem mais interesse de investir na cidade, acabou tomando o campo de futebol da polícia, pois agora não está havendo conflito então ela não precisa mais da polícia. Não sendo só isso a empresa financiava campanhas eleitorais, dessa forma controlava a cidade a partir do prefeito. Em um determinado momento, a empresa construiu uma edícula para o fórum de Quedas do Iguaçu, com isso ela tinha um controle dos acontecimentos, além de que ter esse controle ou melhor essa influência sobre a polícia, os casos de violência contra os acampados que a empresa cometia a polícia acobertava e quando ia ao tribunal a empresa era inocentada por ter uma mobilização da própria empresa pois era ela que contribuía com os jornais local e até nas construções dos espaços públicos e assim ela acabava tendo um controle das coisas. (Entrevistado 10)

O entrevistado (10) diz “como é possível o Estado estar agindo a favor de uma empresa privada, pois disponibilizou policiais para cuidar da empresa”.

Ao mesmo tempo que a empresa tinha apoio da polícia local, também quando ela precisasse vinham policiais até de Cascavel, caso que ocorreu no dia 09 de abril de 2016, um ato político feito pelos acampados do Dom Tomás Balduino, em protesto contra o assassinato dos sem-terra acampados na emboscada feita pela empresa

juntamente com a polícia local, segundo o Entrevistado (12). No dia, os acampados foram até a praça de Quedas do Iguaçu fazer um ato público e homenagear os mortos.

O ato público teve a participação de deputados estaduais e federais do Paraná, Sergipe e Bahia, além da senadora paranaense **Gleisi Hoffmann (PT)**. Durante os discursos, lideranças políticas e de movimentos sociais voltaram a afirmar que a meta do **MST** é ocupar todas as terras da Araúpel, empresa que atua com exportação de madeira. (Cruz, 2016)

Nas imagens 6 e 7 podemos observar os acampados realizando uma manifestação, um ato político e homenagem, depois da perda de dois companheiros no dia 7 de abril de 2016.

Imagem 6 – Dia 09 de abril de 2016, protesto de acampados do MST contra os assassinatos do acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu.



Fonte: Isaia, Daniel. Publicado em 09/04/2016

Imagem 7, Ato político dos acampados



Fonte: Isaia, Daniel. Publicado em 09/04/2016

Segundo o **MST**, 8,5 mil pessoas participaram da manifestação. Já a PM informou que o número de manifestantes não passou de 1,5 mil. O clima na cidade continua tenso e boa parte da população se recusa a comentar a violência no campo. O **MST** diz que vai “vingar” a morte dos dois sem terra ocupando toda a área da Araupel. Um líder do **MST** de Santa Catarina disse que a “vingança” acontecerá em latifúndios de todo o Brasil. (Cruz, 2016)

Na imagem 8, podemos observar policiais reunidos na praça São Pedro em Quedas do Iguaçu, pouco antes do ato político dos acampados do Dom Tomás Balduino, segundo alguns entrevistados tinha aproximadamente 800 soldados ou até mais (E12).

Imagem 8 – Policiais em Quedas do Iguaçu no dia do protesto pela morte dos acampados



Fonte: Ghisi, Ednubia. Brasil de Fato. 2016

De acordo com o entrevistado (10), que faz parte da direção do acampamento, conta que tinha um esquadrão de soldados de Cascavel, que estava com mais ou menos 800 homens no dia do protesto.

O entrevistado (9) conta como foi a organização do manifesto e que eles não estavam fazendo mal algum: “Juntemos os acampados para fazer um ato em público, mostrando nossa perda, fizemos homenagens aos nossos mortos e também lembrando do massacre que houve no Eldorado dos Carajás.” (E9)

No decorrer desses acontecimentos e principalmente pela anulação dos títulos, o movimento resolveu se expandir. O acampamento foi dividido em dois locais, o Dom Tomás Balduino com aproximadamente 600 famílias e o Vilmar Bordin com cerca de

300 famílias sem-terra, e está localizado a 30 km da cidade de Quedas do Iguaçu. Esse desdobramento foi uma estratégia para fechar as entradas de acesso ao território e ocupar mais áreas que tive seus títulos anulados. O nome de Vilmar Bordin foi escolhido porque ele foi um “militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, assassinado pela polícia militar de Quedas do Iguaçu-PR” (PPP, 2017)

Não havendo nenhuma ordem de despejo, os acampados fizeram um acordo com a empresa para que ela entrasse na área retirar a madeira, pois os acampados fariam na sequência o assentamento, por conta própria. Depois que todos os *pinus* foram retirados, foi realizado o Plano de Desenvolvimento do assentamento (PDA) de toda a área para fazer um assentamento popular, segundo os entrevistados (6, 9, 10 e 12). Estes relataram que as medições foram feitas pelos próprios acampados, juntamente com um técnico, sendo deixadas as reservas e preservado as nascentes de água, depois disso foi feito a medição dos lotes. Atualmente, todos os acampados estão em seus lotes produzindo.

A realização do assentamento pelos próprios sem-terra foi uma resposta a paralização da reforma agrária desde o período do governo do presidente Michel Temer e uma resposta ao latifúndio. Cabe ressaltar que o mesmo procedimento de realizar o assentamento das famílias acampadas também foi feito no acampamento Herdeiros da Terra de primeiro de Maio de Rio Bonito do Iguaçu. Desta forma, o latifúndio Araupel está todo dividido e distribuído para os camponeses sem terra. Em torno de 2.800 famílias são legalmente assentadas e, outras tanto, aguardam a legalização por parte do Estado, mas como foi dito, estão todas produzindo na terra. Está cumprida a decisão tomada em 1997, depois do assassinato de dois acampados em Rio Bonito do Iguaçu, onde hoje está o assentamento Ireno Alves dos Santos e reafirmado, após o assassinato dos dois acampados no acampamento Dom Tomás Balduino, que em forma de retaliação seria ocupar todo o latifúndio da Araupel. Hoje mais de 5.000 famílias vivem nos mais de 104 mil hectares do latifúndio, agora todo repartido.

5 CONCLUSÃO

Os latifúndios no Brasil, como a empresa Araupel, reproduzem um processo histórico de violência contra os camponeses que sempre lutaram para conquistar a terra. A Araupel é conhecida pelos acampados e movimentos sociais como uma empresa de extrema violência com qualquer um que entrasse em suas terras. Repetiu em vários acampamentos a mesma violência, estando envolvida na morte de acampados, tendo privilégios junto aos órgãos judiciários e policiais.

Atualmente, toda a área da empresa está ocupada, com exceção de pequeno espaço onde está a fábrica de produtos madeireiros, tendo assentamentos ou acampamentos já distribuídos os lotes aos camponeses pelo próprio MST.

Sobre os conflitos, ainda seguem, ainda pode acontecer violência contra camponeses pois o processo não está finalizado. A empresa segue violenta, para tudo acabar só quando a empresa não existir mais em Quedas do Iguaçu, até lá podem ocorrer retrocessos judiciais, visto que a empresa recorreu em instâncias judiciais superiores contra a nulidade de seus títulos. Mas há uma confiança entre os camponeses que permanecem atentos e articulados entre si, sejam assentados ou acampados, para unidos enfrentarem qualquer retrocesso ou possibilidade de despejo. São mais de 5 mil famílias unidas na região determinadas a evitar o retrocesso. E, também, contam com apoio estadual e nacional dos assentados e acampados do MST. Dificilmente o latifúndio, usando-se da violência que sempre exerceu, conseguirá derrotar um movimento de massas, coeso, como o MST nesta situação estudada, conforme indicaram as entrevistas realizadas.

Concluindo que enquanto existir grandes fazendas ou latifúndios, a terra sempre será um motivo de violência. Pois os donos de latifúndios vão fazer de tudo para não perder suas terras e quem vai sofrer é aquele que luta para conquistar um pedaço de chão para produzir seu sustento.

REFERÊNCIAS

AMADOR, M. C. P. **Guerra do Contestado**: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste catarinense. Cadernos do CEOM (UNOESC), v. 31, p. 499-507, 2010.

Barreto, Mardelo. PISTOLEIROS ATACAM ACAMPAMENTO HERDEIROS DA TERRA DE 1º DE MAIO EM RIO BONITO DO IGUAÇU/PR. junho de 2016. Disponível em: <http://questaoagrariapr.blogspot.com/2016/07/pistoleiros-atacam-acampamento.html> Acesso em agosto de 2021.

BRASIL DE FATO. **Entenda o conflito entre o MST e a madeireira Araupel no Paraná**: A Operação Castra é o último episódio da luta pela terra em uma das maiores zonas de influência do MST no país. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/10/-o-conflito-entre-o-mst-e-a-madeiraaraupel-no-parana/>. Acesso em: abril de 2021.

Brasil de Fato. **Há 7 meses, assassinato de dois sem-terra no Paraná aguarda responsabilização**. Redação São Paulo. novembro de 2016 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/07/ha-7-meses-assassinatos-de-dois-sem-terra-no-parana-aguardam-resposta/> Acesso em agosto de 2021.

CLÍMACO, Caio. 120 anos do fim da Guerra de Canudos: uma ferida em aberto no Brasil. São Paulo: Brasil de Fato, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/27/artigo-or-120-anos-do-fim-da-guerra-de-canudos-uma-ferida-em-aberto-no-brasil>. Acesso em: junho de 2021.

Cruz, Luiz Carlos da. **Em Quedas do Iguaçu, MST faz protesto contra mortes em assentamento**. publicada por Gazeta do Povo, 09-04-2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mst-diz-que-vai-vingar-mortes-em-quedas-do-iguacu-ocupando-novas-areas-da-araupel-0uucyb0dmakydfiw9aw9x4d5g/>. Acesso em agosto de 2021.

Fonseca, Bruno. Domenici, Thiago. **Sob governo Bolsonaro, conflitos no campo aumentam e assassinatos de indígenas batem recorde**. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/sob-governo-bolsonaro-conflitos-no-campo-aumentam-e-assassinatos-de-indigenas-batem-recorde/> . Acesso em: 03/05/2021.

Gerherdt, Tatiana E.; Silveira, Denise T. **Metodo de Pesquisa**. Editora da UFRGS, Porto Alegre. 2009

Gil, Antonio carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Giovanaz, Daniel. Justiça Federal declara nulos os títulos de imóvel da madeireira Araupel. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/justica-federal-declara-nulos-os-titulos-de-imovel-da-madeireira-araupel/22569> Acesso em agosto de 2021.

Ghisi, Ednubia. **PM promove clima de tensão após assassinato de dois sem-terra.** Brasil de Fato, abril de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/04/12/pm-promove-clima-de-tensao-apos-assassinato-de-dois-integrantes-do-mst-no-parana/m>. Acesso em agosto de 2021.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Violência no Campo. **Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Presidente Prudente: UNESP/NERA. 2009. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subcat/violencia-no-campo. Acesso em: 03/05/2020.

HAMMEL, Ana Cristina. **Luta Camponesa Pela Terra No Latifúndio Da Araupel: Um Estudo Do Histórico Dominial, Práticas De Grilagem e Vidas Camponesas.** 2020. **Tese** (Doutorado em História). Marechal Cândido Rondon, PR: Unioeste, 2020.

INCRA. Colonização e Reforma agrária. Institucional, publicado em 28 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/o-incra.html>. Acesso em: julho de 2021

Isaia, Daniel. **MST faz ato por morte de trabalhadores e pede fim da violência no campo.** Correspondente da Agência Brasil - Porto Alegre. Abril de 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-04/mst-faz-ato-por-morte-de-trabalhadores-e-pede-fim-da-violencia-no>. Acesso em agosto de 2021.

LESSA, Luana. **Estrutura fundiária brasileira e conflitos no campo - Geografia - Ensino Médio.** In: **VÍDEO CANAL FUTURA.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JR-qXYFeuDQ> . Acesso em: 19.03.21.

Lima, Soniamar de Lara. Imagem da ocupação Herdeiros da Terra, arquivo pessoal 2014.

Madruga, Joka. Terra sem Males. **ENSAIO FOTOGRÁFICO: DOM TOMÁS BALDUÍNO VIVE NA LUTA DO POVO.** Jornalismo independente. 2016. Disponível em: <https://www.terrasemmale.com.br/ensaio-fotografico-dom-tomas-balduino-vive-na-luta-do-povo/>. Acesso em agosto de 2021.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. LATIFÚNDIO. In: CALDART, Roseli. S.; PEREIRA, Isabel. B.; ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 447-452

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo.** 6 ed.- São Paulo: Contexto: Conflitos sociais, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** Estudos Avançados 15 (43), 2001.

Poder Judiciário. **AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 2004.70.05.005184- 9/PR.** Incra, 2015.

POLICIA MILITAR DO PARANÁ. **Campanha do contestado.** Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Campanha-do-Contestado>. acessado em 17/03/ 2021

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Colégio Estadual do Campo Chico Mendes,** 2017.

QUEM TV PRODUÇÕES. **Giacomet Marodin:** uma história de violência e devastação. MST. Curitiba, s./d. Disponível em: <https://youtu.be/vgefYZJCxv4>

RODRIGUES, Joelza Ester. **História em documento:** imagem e texto. 9º ano/. 2.ed. –São Paulo: FTD, 2002.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense:** Territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, SP: UNESP, 2015.

Sanson, Cesar **Em Quedas do Iguaçu, MST faz protesto contra mortes em assentamento.** Disponível em: <br/553446-em-quedas-do-iguacu-mst-faz-protesto-contramortes-em-assentamento>. Acesso em agosto de 2021.

SOUSA, Rafaela. **"O que é latifúndio?";** *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-latifundio.htm>. Acesso em 26 de julho de 2021.

Wurmeister, Fabiula Do G1 PR. Oeste e sudoeste – PR RPC. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/07/policiais-agiram-em-legitima-defesa-em-confronto-com-sem-terra-afirma-pf.html>. Acesso em agosto de 2021.

APÊNDICE A- Entrevista para coleta de dados.

Entrevista.

Nome:

idade:

1. Quais acampamentos já participou, que se tornaram assentamento ou ainda é acampamento (acampado ou ajudando)?
 - a) () Ireno Alves dos Santos e Marcos freire.
 - b) () Bacia
 - c) () Silo.
 - d) () Herdeiros da terra.
 - e) () Dom Tomás Balduino.
2. Que funções tinha no acampamento?
3. Como eram os conflitos com a Araupel?
4. Quais foram os casos de violência que sofreram da Araupel?
5. Houve alguma morte, como e quando aconteceram?
6. Ocorriam confrontos com a polícia ou com os pistoleiros da Araupel?
7. Como os jagunços da Araupel tratava aqueles acampados que entrasse nas florestas de pinos?
8. Havia medo entre os acampados com relação aos pistoleiros da Araupel?
9. Como se posicionavam as autoridades frente os conflitos e a violência dos pistoleiros da Araupel contra os acampados?
10. Como a mídia, a imprensa local mostrava os conflitos entre os acampados e a Araupel?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

prezado participante, você está sendo convidado a participar da pesquisa “A VIOLÊNCIA DO LATIFÚNDIO NOS CONFLITOS POR TERRA: O CASO DO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO E A ARAUPEL EM QUEDAS DO IGUAÇU/PR”, por residir neste acampamento. Pesquisa desenvolvida pelo Pesquisador (a) responsável: Valdir Dolisne da Silva, discente do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas-Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Campus de Laranjeiras do Sul - PR, sob orientação do Professor Elemar do Nascimento Cezimbra. A pesquisa tem como objetivo de colher dados onde serão utilizados para justificar e comprovar o que será discutido no decorrer do trabalho. Esta pesquisa possui finalidade didático-científica para elaboração do trabalho de conclusão de curso. A sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Sua participação é muito importante e consistirá em responder as perguntas realizadas sob a forma de uma entrevista semiestruturada. Destacamos que sua participação não acarretará nenhum prejuízo ou dano pelo fato de colaborar, assim como não terá nenhum ganho ou benefício direto. Informamos que o (a) senhor (a) não pagará nem será remunerado por sua participação. Os riscos da aplicação deste questionário são possíveis constrangimentos que poderão surtir ao senhor (a) entrevistado, sendo a entrevista suspensa automaticamente. Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento do pesquisador ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considerar prejudicado (a) em sua dignidade e autonomia, você poderá entrar em contato com o pesquisador Valdir Dolisne da Silva, Tel: 42 -998671466, e-mail: valdirdolisne@gmail.com. Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, solicitamos sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o (a) pesquisador (a). “Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

() Autoriza gravação de voz. () Não autoriza gravação de voz.

Declaro estar ciente do exposto, e concordo em participar da pesquisa.

Nome do (a) participante

Assinatura do (a) participante

Pesquisador Valdir Dolisne da Silva.

Laranjeiras do Sul, ____ de _____ de 2021